

HOMENS NO SERVIÇO SOCIAL: PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Pedro Simões*
Luciana Zucco**

RESUMO

O presente texto busca identificar igualdades e desigualdades entre assistentes sociais homens e mulheres no mercado de trabalho. Para isso, o trabalho recupera dados das PNADs (Pesquisas Nacionais de Amostra Domiciliar) de 2001 a 2007, buscando verificar, através de testes estatísticos, em que aspectos os assistentes sociais homens e mulheres se distinguem. O ponto central do texto está em identificar se os assistentes sociais homens assumem uma forma de ação “masculina” no mercado, ou se aderem à identidade feminina socialmente conferida à profissão. A análise dos dados indica que os assistentes sociais homens se colocam (ou são identificados como) provedores de suas famílias e, assim, embora estejam nos mesmos espaços institucionais e ocupem as mesmas funções que as assistentes sociais mulheres, eles trabalham mais horas e buscam complementar suas rendas, com outras fontes de recursos. Os assistentes sociais homens mantêm sua identidade masculina, mesmo em uma profissão feminina.

Palavras-Chave: Serviço Social, Gênero, Mercado

INTRODUÇÃO

A presença dos homens no serviço social é historicamente muito pequena em termos quantitativos. Desta forma, a profissão está entre aquelas claramente identificadas como feminina¹. A literatura que trata sobre esta temática centra-se mais no aspecto relativo à maioria feminina do que à minoria masculina (DUQUE-ARRAZOLA, 2009; HECKERT, 1991; LEGAULT, 1991; SANTOS, 2004; SILVA, 1995, 1993; SIMÕES, 2009; TORRES, 2002; VELOSO, 2001). A grande lacuna a ser estudada não se refere à explicação do porque a profissão é feminina. Afinal, como a discussão de gênero remete a uma dimensão relacional (HITA, 2002; HEILBORN E SORJ, 1999; HEILBORN, 1999, 1992; LOURO, 1996), trata-se de abordar tanto o feminino quanto o masculino em suas interações e interdependências, inclusive no interior de uma mesma identidade de gênero. Como afirma Louro: “o conceito [de gênero] parece acenar também imediatamente para a idéia de relação, os sujeitos se produzem em relação e na relação” (1996; p. 9-10).

Logo, ao se estabelecer uma explicação para a presença das “mulheres” no serviço social, ao mesmo tempo se estabelece também uma explicação para os “homens”, ainda

* Assistente Social (UFRJ), Mestre em Serviço Social (UFRJ) e Doutor em Sociologia (IUPERJ). Professor Adjunto ESS/UFRJ.

* Mestre em Serviço Social (PUC-Rio) e Doutora em Ciências da Saúde (FIOCRUZ). Professora Adjunta ESS/UFRJ.

que subliminar ou pouco explorada na literatura. Contudo, a ênfase dos estudos privilegia a compreensão do feminino, buscando estabelecer os elementos que o justificam por ser majoritariamente uma profissão de mulheres. Diante dessa tendência explicativa, o fenômeno a ser analisado, entretanto, centra-se nas diferenças existentes entre as muitas mulheres e os poucos homens² que compõe as profissões “femininas”.

As maneiras de investigar a desigualdade entre homens e mulheres no interior das profissões buscam identificar a procura diferenciada pelas carreiras (trabalhos femininos e masculinos), as diferenças entre salários, benefícios, etc. (DEGRAFF E ANKER, 2004; MARUANI E HIRATA, 2005; VENTURI, RECAMÁN E OLIVEIRA, 2004), a percepção das desigualdades de gênero no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2005; SORJ, 2005) e as relações de poder no interior das próprias profissões masculinas ou femininas.

Neste sentido, Williams (1995) desenvolve importante estudo realizado com quatro profissões femininas: enfermagem, biblioteconomia, serviço social e educadores primários, mostrando que os homens que estão nestas carreiras mantêm os seus valores masculinos. Por isso, eles são colocados nas posições administrativas e de poder. Desta forma, o que a autora mostra é que no interior das profissões femininas há uma complexa relação entre as expectativas de gênero das organizações e os interesses de gênero que os trabalhadores trazem para os seus empregos. Assim, afirma a autora, estas profissões permanecem sendo “*man’s world*” (mundo dos homens ou masculinos), mesmo sendo compostas por uma maioria feminina.

Se a proposta de investigação de Williams pressupõe uma pesquisa qualitativa entre os profissionais das carreiras femininas, é possível dimensionar as outras formas de desigualdade, como salários, horas de trabalho, etc. através dos dados das PNADs (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios). Neste sentido, algumas questões podem ser realizadas, como por exemplo: os assistentes sociais homens ganham mais do que as mulheres? Trabalham mais ou menos horas? Estão mais no setor público ou privado do que as mulheres? Caso as respostas afirmem a total igualdade entre homens e mulheres assistentes sociais, então, o título de assistente social é um capital cultural institucionalizado (BOURDIEU, 2004), que nivela os homens e mulheres, conferindo-lhes o mesmo valor social, independente do sexo do profissional, da sua identidade de gênero e da forma generificada como se estruturam as organizações onde os assistentes sociais se

inserir (WILLIAMS, 1995). Assim, a unidade analítica “capital cultural” se sobreporia ao “gênero” na explicação da definição de um comportamento profissional socialmente valorizado.

A identificação de distinções, ao contrário, pode afirmar diferenças e, principalmente, desigualdades sociais de gênero no interior da prática profissional. As produções teóricas sobre o serviço social ainda não levaram em consideração esta existência como fator relevante para o entendimento da profissão³. A literatura internacional de serviço social, ao contrário, estruturou mais do que simplesmente uma explicação que levasse em consideração a distinção de gênero, mas estabeleceu parâmetros para um “serviço social feminista” (BROOK e DAVIS, 1985; ORNE, 1998)⁴.

Outro ponto a ser ressaltado refere-se às características identitárias de gênero compartilhadas pelos homens assistentes sociais: eles comungam valores femininos que caracterizam a profissão ou os valores masculinos se sobressaem, mesmo no interior de uma profissão feminina? No primeiro caso, explica-se bem a presença deles no serviço social, visto que, mesmo sendo homens, eles guardam uma identidade de gênero com a profissão. No segundo caso, cria-se uma questão importante a ser pensada e discutida.

Antes, porém, de avançar na comparação proposta, vejamos alguns dados que mostram a predominância histórica das mulheres no serviço social. Não é demais apresentar os dados existentes, tendo em vista a quase completa ausência de dados sobre o perfil profissional na literatura do serviço social.

MULHERES E HOMENS NO SERVIÇO SOCIAL

O estudo de Beltrão e Teixeira (2004) discute a presença de homens e mulheres, negros e brancos na universidade brasileira, a partir dos dados dos censos demográficos. No estudo das autoras, pode-se identificar o seguinte quadro:

Tabela 1. Carreiras Femininas, segundo dados dos Censos

Carreiras Femininas	Censo 1970	Censo 1980	Censo 1991	Censo 2000
1ª.	Enfermagem	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social
2ª.	Serviço Social	Biblioteconomia	Pedagogia	Pedagogia

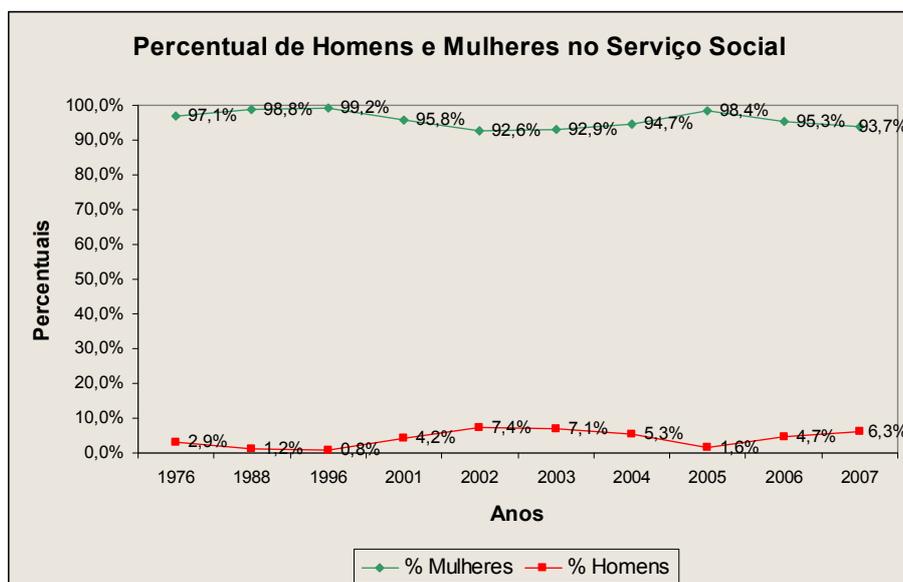
3 ^a .	Pedagogia	Enfermagem	Enfermagem	Enfermagem
4 ^a .	Letras	Educação	Biblioteconomia	Biblioteconomia
5 ^a .	Ciências Sociais	Nutrição	Biologia	Psicologia

Fonte: Beltrão e Teixeira (2004), Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000

Como se pode notar, o serviço social está entre as cinco profissões mais femininas do Brasil, desde os anos 1970 (no Censo de 1960 não constava a profissão “Serviço Social”), sendo a mais feminina de todas a partir dos anos 1980. Serviço Social, Enfermagem e Educação/Pedagogia são as três carreiras que nos últimos quarenta anos figuram entre as mais femininas, evidenciando não apenas uma escolha de carreira determinada pelo gênero, mas sinalizando em que carreiras as mulheres ingressam privilegiadamente no mercado. Vale ressaltar que Biblioteconomia, Letras, Ciências Sociais, Nutrição, Biologia e Psicologia são outras portas preferenciais da entrada de mulheres no mercado.

Cabe situar, ainda, que o “padrão brasileiro” mantém semelhanças com a realidade norte-americana, uma vez que as profissões mais femininas no Brasil são as mesmas identificadas por Williams (1995) nos Estados Unidos⁵. Este dado evidencia uma forte associação entre as atividades consideradas e os valores atribuídos socialmente como femininos, independentemente do país considerado.

Ao se ater aos dados das PNADs, pode-se observar que a liderança do serviço social está relacionada à regularidade com que a profissão incorpora profissionais femininos em seus quadros.



Fonte: PNADs 2001-2007

Esta regularidade não se refere tão somente a questões relativas ao início da profissão, mas a sua reatualização constante. Os dados das PNADs de 2001 a 2007 mostram que o padrão de presença feminina no serviço social dos anos 1970 e 1980 permanecem sendo reproduzidos na profissão durante a década de 2000. Isso significa que, ao mesmo tempo, há um padrão de incorporação dos homens na profissão que também se mantém.

Dados regionais – da cidade do Rio de Janeiro - com alunos de serviço social ratificam a perspectiva de manutenção da hegemonia feminina na profissão pelos próximos anos. Veja a tabela abaixo:

Tabela 2. Percentual de Mulheres, por Universidade e Ano de Pesquisa

Universidade	1999	2006-7
PUC-Rio	95,2	91,4
UERJ	94,9	87,4
Veiga de Almeida	95,9	93,1
UFRJ	92,9	88,5
Castelo Branco	-	95,5
Unisuam	-	91,5
Total	93,9	90,7

Fonte: Simões, 2009

Nos dois anos considerados, apesar de haver variações por cursos, a tendência é de manutenção do percentual de mulheres acima de 90% no serviço social, tanto para as turmas de 1999, que já ingressaram no mercado, quanto para as de 2006-7, que estão ingressando em 2009/10. Portanto, nenhuma das transformações internas (mudanças da formação profissional, crescimento das pós-graduações, entre outras) e externas ao serviço social brasileiro (municipalização das políticas sociais, neoliberalismo, novo padrão de acumulação capitalista, entre outras) foi capaz de alterar o padrão feminino da profissão.

METODOLOGIA

O artigo se baseia em uma pesquisa realizada a partir dos dados das PNADs de 2001 a 2007⁶, formando um único banco de dados, em que se buscou identificar quais as diferenças dos assistentes sociais homens e mulheres⁷ no mercado. Como os dados das PNADs são amostrais, o número de assistentes sociais em cada ano de pesquisa é baixo. Assim, a junção dos dados dos sete bancos propiciou um conjunto bastante amplo de informações, tanto de assistentes sociais homens (N=42, ou 5,1% do universo total) quanto de assistentes sociais mulheres (N=774, ou 94,9% do universo total), superando o número excessivamente pequeno de homens em cada uma das amostras e, simultaneamente, mantendo a proporcionalidade média encontrada, anualmente, entre assistentes sociais homens e mulheres.

Os dados das PNADs investigam tanto questões de caracterização demográfica da população, quanto questões familiares, educacionais e de trabalho. O foco principal da comparação organizada neste artigo, entretanto, são as questões relativas à inserção dos assistentes sociais homens e mulheres no mercado, como o número de horas trabalhadas, a posição na ocupação, entre outras informações. Para medir as diferenças foram aplicados testes estatísticos (Pearson Qui-Quadrado e ANova), buscando identificar se havia diferenças significativas entre os valores encontrados para homens e mulheres, sempre com 95% de confiança. Nos casos em que a variável dependente era intervalar, foram realizadas regressões lineares para que os resultados pudessem ser controlados pela variável “Ano”⁸.

Logo, para dar visibilidade ao objeto e às questões norteadoras do estudo, os dados foram trabalhados visando à apresentação das distinções e semelhanças entre assistentes sociais homens e mulheres e, por fim, das considerações finais.

ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados, a seguir, se dividirá em duas partes: a primeira irá focar os dados comuns (igualdades) entre assistentes sociais homens e mulheres. A segunda irá discutir as diferenças (desigualdades) identificadas.

Igualdades:

Ao se verificar o que há de comum na inserção de assistentes sociais homens e mulheres no mercado se está observando os aspectos que não apresentam diferenças importantes quando se é assistente social homem ou mulher, isto é, neste caso os resultados *independem* do sexo do assistente social. Em tais situações se encontram as seguintes variáveis:

1. **posição na ocupação:** 96,3% são empregados; 3,2% são trabalhadores não remunerados e 0,5% são trabalhadores por conta própria;

2. **tipo de vínculo profissional:** 34,1% são trabalhadores com carteira assinada, 46,4% são funcionários públicos e 19,5% são trabalhadores sem carteira assinada;

3. **âmbito de atuação:** 11,5% trabalham na área federal, 39,2% na estadual e 49,3% na municipal;

4. **grupo de atividade:** 45,6% trabalham na administração pública, 35,9% atuam na área de “educação, saúde e serviços sociais”, 6,1% trabalham em “outros serviços coletivos, sociais e pessoais” e 6,6% em “outras atividades”;

5. **anos no trabalho:** os profissionais homens e mulheres estão a 9 anos (em média) no mercado (IC(95%)⁹ = 8,67 anos – 9,92 anos);

6. **renda do trabalho principal** – o rendimento no mercado, entre 2001 e 2007 foi de R\$ 1.600,00 (em média) (IC(95%) = R\$ 1520,00 – R\$ 1.670,00);

7. **rendimento familiar** – o rendimento familiar dos assistentes sociais no interstício considerado foi de R\$ 4.050,00 (em média) (IC(95%) = R\$ 3.817,00 – R\$ 4.268,00).

Quando se observa as sete variáveis acima que apresentam igualdades entre assistentes sociais homens e mulheres, pode-se notar a importância da formação profissional e dos fatores de mercado para a criação de uma identidade profissional. Nota-se, inicialmente, que praticamente não há, no serviço social, iniciativas de trabalho “por

conta própria”. Estas são, em alguns casos, criticadas teoricamente, como também são entendidas como resultado da “precarização” do trabalho profissional. Além disso, há uma grande formalização do trabalho profissional, seja através do vínculo direto com o Estado (em torno de 45%), seja através do trabalho “com carteira assinada” (34%). Desta forma, as políticas de governo e Estado definem, em grande medida, o campo de atuação profissional e, com isso, a igual remuneração entre profissionais homens e mulheres.

Vale observar, ainda, que os anos de trabalho dos assistentes sociais também não variam significativamente, evidenciando, mais uma vez, a determinação do mercado, ou seja, que a entrada e saída dos assistentes sociais dos postos de trabalho não apresentam desigualdades de gênero. Por último, assistentes sociais homens e mulheres tendem a casar com pessoas que vão garantir para ambos um mesmo patamar social, expresso na mesma renda familiar.

Para além destas igualdades, foram identificadas, porém, algumas desigualdades de gênero. Quais são elas?

Desigualdades

Ao se verificar as desigualdades na inserção de assistentes sociais homens e mulheres no mercado, está-se observando os aspectos que apresentam diferenças importantes quando se é assistente social homem ou quando se é assistente social mulher, ou seja, quando os resultados *dependem* do sexo do profissional. Nestes casos, encontram-se as seguintes variáveis:

1. **idade de início da vida laboral:** os homens começaram a trabalhar (se inseriram no mercado) antes das mulheres. A média de idade, no primeiro caso foi de 16 anos (IC(95%) = 15 anos – 17 anos), contra 18,6 anos das mulheres (IC(95%) = 18,3 anos – 18,9 anos).

2. **horas de trabalho:** os homens trabalham mais horas semanalmente do que as mulheres. No primeiro caso, a jornada é em média de 38,5 horas (IC(95%) = 35 horas – 42 horas), contra, no segundo, 35,3 horas em média (IC(95%) = 34,7 horas – 36,0 horas). Quando a análise foi controlada pelos anos, pode-se identificar que, independente da quantidade de horas trabalhadas pelas mulheres, os homens tem a tendência a trabalhar três horas a mais. Igualmente, é importante mencionar que o número de horas computado no

âmbito privado¹⁰ não foi considerado, o que poderia trazer outro desenho para a explicação da carga horária dispensada com o trabalho pelo masculino e feminino.

3. Renda de todas as fontes: o “rendimento de todas as fontes” incorpora a “renda do trabalho principal”, mas leva em consideração também outros trabalhos secundários e a fonte de outros rendimentos, como outras rendas de mercado, aluguéis, pensões, juros de aplicações financeiras, etc. É neste quesito que a renda dos assistentes sociais homens se diferencia das mulheres. No primeiro caso a renda é de R\$ 2.330,00 (IC(95%) = R\$ 1.790,00 – R\$ 2.870,00) e no segundo, R\$ 1.784,00 (IC(95%) = R\$ 1.700,00 – R\$ 1.870,00), sendo a média nacional de R\$ 1.810,00. Assim, os homens apresentam uma renda 30% superior a das mulheres, o que indica uma forma diferenciada daqueles se inserirem no mercado de trabalho, além de sugerir a manutenção de sua tradicional condição de provedor.

A diferença da renda de todas as fontes dos assistentes sociais homens é grande em relação à renda de todas as fontes das mulheres e independe do ano considerado. Ela demonstra uma busca dos homens em conseguirem um aumento de sua renda, através de outras fontes, para além do trabalho principal como assistente social. Ademais, eles iniciam na vida laboral mais cedo que as mulheres e trabalham por mais horas. Fica então a pergunta: esta postura dos homens (masculina) está de fato associada à imagem do homem como provedor? Vejamos, no próximo item, como os assistentes sociais homens e mulheres se inserem na vida familiar.

4. Condição na Família: enquanto 81% dos homens se dizem pessoas de referência de suas famílias, somente 33% das mulheres afirmam o mesmo. Isto significa que em 67% dos casos as mulheres ainda estão em uma posição de coadjuvantes na vida familiar, enquanto a grande maioria dos homens ocupa a posição de destaque. A condição de parceiras, compartilhando as atribuições e responsabilidades pela provisão da família, torna-se, portanto, uma interrogação a ser estudada no serviço social. Outro dado a ser problematizado refere-se ao sentido atribuído pelos assistentes sociais masculinos e femininos a sua condição de “pessoa de referência na família”. Em outras palavras, caberia uma investigação que qualificasse a associação realizada entre entendimento do termo “pessoa de referencia na família” e participação efetiva dos sujeitos na renda familiar.

Oliveira (2005), ao tratar da provisão familiar a partir do princípio da igualdade entre os cônjuges, promovido pela legislação brasileira com a adoção do termo “pessoa de referência na família” em substituição ao “chefe de família”, afirma que a intenção de superação das assimetrias de gênero, pelo menos em termos de linguagem, não foi assegurada. Isto porque permanece a compreensão do papel da “pessoa de referência da família”, associada ao “chefe de família”, assentada na figura masculina. Soma-se a tal entendimento o da provisão única como sendo masculina, embora, segundo a autora, o papel de referência não esteja mais associado à função de provedor único.

Sobre as distinções identificadas nessa variável, vale considerar, ainda, que somente 5% dos homens se afirmam como “cônjuge” e os demais são “filhos” ou “outros parentes”. Portanto, quando os assistentes sociais homens constituem família, eles assumem também a posição de provedores ou são colocados enquanto tais nessa condição.

Tabela 3. Condição na Família dos Assistentes Sociais, segundo Sexo

Condição na Família	Sexo		
	Feminino	Masculino	Total
Pessoa de Referência	32,9	81,0	35,4
Cônjuge	45,7	4,8	43,6
Filho	16,9	11,9	16,7
Outro Parente	4,4	2,4	4,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 2001-7

Ao considerar a inserção dos profissionais na vida familiar, esta variável pode explicar a maneira diferenciada que assistentes sociais homens e mulheres têm no mercado, sendo os primeiros mais agressivos na busca por maiores rendimentos. Novamente, os resultados apontam para o fato de que os assistentes sociais homens preservam traços de identidade masculina no interior das suas famílias, mesmo tendo se inserido em uma profissão feminina.

Contudo, o que não pode ser observado neste estudo é se há uma diferenciação no interior das funções ocupacionais, entre os assistentes sociais homens e mulheres, sendo atribuídos aos homens as tarefas mais ligadas à administração e aos recursos tecnológicos

(ou à política), e às mulheres o atendimento mais direto à população (cuidado), como apontou o trabalho de Williams (1995).

Vale observar que, segundo os dados da PNAD de 1976, somente 10% das assistentes sociais eram “chefes de família”¹¹ à época (SIMÕES, 2008), chegando a 25% em 1996 (SIMÕES, 2007) e atingindo o patamar de 33% nos anos 2000. Estes dados mostram que em 30 anos este percentual triplicou¹², evidenciando um crescimento do protagonismo feminino. Entretanto, ele parece estar associado a um outro fenômeno, como se observará abaixo.

5. **Tipo de Família** – a tabela abaixo mostra que quase 75% das assistentes sociais mulheres que são “pessoas de referência” de suas famílias são mães que cuidam sozinhas de seus filhos, o que não ocorre com os homens.

Tabela 4. Tipo de Família dos Assistentes Sociais, segundo Sexo

Tipo de Família	Sexo		
	Feminino	Masculino	Total
Casal sem Filhos	11,6	21,4	12,1
Casal com Filhos	48,7	54,8	49,0
Mãe com Filhos	24,2	2,4	23,0
Outros Tipos	15,5	21,4	15,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 2001-7

Somente 8,8% das mulheres assistentes sociais são pessoas de referência em suas famílias, estando estas casadas. O padrão das famílias dos assistentes sociais mantém o padrão patriarcal (SAFFIOTI, 2004) em que as mulheres estão referenciadas pelos homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando as igualdades e desigualdades entre assistentes sociais homens e mulheres no mercado são observadas, pode-se perceber que, no primeiro caso, o resultado deve ser atribuído ao mercado de trabalho profissional. Os assistentes sociais são contratados pelo cargo, ou seja, pela função que desempenham, e não pelos qualificativos de gênero dos seus agentes. Além disso, como em 95% dos casos os profissionais são mulheres, a expectativa de se contratar um profissional homem é muito baixa. Assim, as características de salário, posição na ocupação, tipo de vínculo, por exemplo, estão referidas ao padrão feminino e às contingências da conjuntura de maior abertura ou fechamento do mercado para os assistentes sociais. Neste sentido, os homens estão a reboque daquilo que as mulheres assistentes sociais são capazes de conseguir no mercado.

Outro ponto a considerar refere-se à renda familiar. A igualdade de renda sugere que os assistentes sociais homens (casados) se vincularam a mulheres com escolaridade ou inserção no mercado inferior a deles. Desta forma, justifica-se a mesma igualdade de renda familiar entre os assistentes sociais homens que têm uma renda total (renda de todas as fontes) maior do que as mulheres. Isto também ratifica a posição de “provedores” que os assistentes sociais assumem no interior das suas famílias. Como estão submetidos a um padrão de mercado feminino, em que as mulheres assistentes sociais são cônjuges em seus domicílios, os assistentes sociais homens mudam de carreira (tornam-se gestores, professores, etc.) ou mudam de função no interior de suas carreiras. Assumem, com isso, outras atribuições “não-femininas” ou aumentam suas jornadas, agregando outros postos de trabalho, para conseguirem manter a posição de provedores em seus domicílios.

Os assistentes sociais homens precisam, assim, identificar como ocupar uma posição masculina, em uma hierarquia de trabalho que o situa entre as posições de subalternidade feminina. Esta busca é a própria incorporação da masculinidade por parte dos assistentes sociais homens.

Tudo isso nos reporta para a necessidade de discussão da hierarquia de gênero como um fator estruturante das relações de trabalho dos assistentes sociais. Esta necessidade está relacionada ao padrão cultural generificado das instituições onde os profissionais se vinculam, reproduzindo a dominação masculina, mas, ao mesmo tempo, assegurando a

base para uma autocrítica dos valores resignificados cotidianamente pelos assistentes sociais em suas vidas privada e pública.

Assim, o que está em questão são os valores incorporados através da socialização dos profissionais. Como a formação em serviço social não dá destaque aos aspectos subjetivos dos profissionais que estão presentes na prática dos assistentes sociais, o que se observa, então, é uma reprodução a-crítica de um padrão sexual em que se privilegia a posição do homem em detrimento da mulher.

MALE SOCIAL WORKERS: FIRST IMPRESSIONS

ABSTRACT

The paper sought to identify equalities and inequalities between male and female social workers in the labor market. It is based on data from the PNAD (National Household Sample Survey) from 2001 to 2007. Statistical tests were used to observe in which features male and female social workers differ. The main point of the text is to clarify whether male social workers assume masculine behavior in labor market, or if they embody a female identity, which is imputed to the profession of social work. The data analyzed indicates that male social workers see themselves as the head of their households (or they are identified as such). Thus, even when male and female social workers share the same institutional spaces and perform the same tasks, the former work more hours and earn more money through complementary income sources. The male social workers maintain their masculine identity in a female profession.

Keywords: Social Work, Gender, Labor Market

Notas:

¹ Um histórico das profissões femininas pode ser encontrado em Gardey (2005).

² Cabe destacar que não estamos aqui reduzindo a discussão a identidades essenciais, mulher e homem, superadas pelo pensamento feminista. Tampouco, estamos desconsiderando as demais identidades sexuais ou de gênero que compõem a profissão, uma vez que estas são fluidas e estão em constante construção, referenciadas inclusive pelos contextos sociais, culturais e históricos nas quais estão situadas. Isso nos coloca a impossibilidade de limitar e fixar as identidades, além de universalizar as dicotomias relacionadas ao debate de gênero, mas, sobretudo, sinaliza a pluralidade dos estudos feministas internacionais (Butler, 2003; Strathern, 2006) e nacionais (Hita, 2002; Piscitelli, 2004, 1997). Alguns destes questionam os pressupostos nos quais as conceitualizações de gênero estão associadas, implicando em reelaborações dos princípios teóricos e políticos feministas. No entanto, por termos uma produção residual sobre o masculino no serviço social e uma ausência de informações sobre as outras identidades de gênero (travesti e transexual), o presente texto se atem somente ao masculino e ao feminino na profissão.

³ O texto de Legault (1991), embora trate da perspectiva de um “serviço social feminista”, é um artigo traduzido, sendo formulado originalmente no Canadá. Mesmo com esta contribuição de tradução de Eva Faleiros, trazendo uma visão nova para o serviço social brasileiro, não se encontra na literatura nacional nenhuma repercussão e desdobramento de pesquisa como resultado da publicação do artigo de Legault.

⁴ A editora americana Sage tem um periódico, “AFFILIA: Journal of Women and Social Work”, exclusivo para discussão dos assistentes sociais e seus clientes de um ponto de vista feminista.

⁵ O percentual de homens apresentados por Williams (1995), em cada uma das profissões consideradas, são os seguintes (para o ano de 1990): 5,5% em Enfermagem; 14,8% em Ensino Primário; 16,7% em Biblioteconomia; e 31,8% em Serviço Social.

⁶ Última PNAD disponível até o momento de redação do artigo.

⁷ É importante sinalizar que as PNDADs utilizam como descritores de identificação apenas o feminino e o masculino. Este dado circunscreve a análise às interações entre o feminino e masculino, sendo esta uma limitação imposta pelo banco de dados estatístico.

⁸ Com este procedimento há a garantia de que as diferenças observadas são exclusivamente derivadas da diferença entre os sexos, pois são isoladas as diferenças decorrentes das variações anuais.

⁹ Intervalo com 95% de confiança.

¹⁰ Uma análise teórica e empírica sobre as atividades de trabalho das mulheres no mercado e no lar, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos industrializados, é desenvolvida por Degraff e Anker (2004).

¹¹ Nas pesquisas dos anos setenta, a categoria utilizada era “chefe de família”; com o Novo Código Civil (2003) a denominação passou a ser “pessoa de referência na família”.

¹² Dados do IPEA (2008) mostram que o percentual de famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres aumentou de 19,7% em 1993 para 28,8% em 2006. O percentual encontrado entre os assistentes sociais é, portanto, superior à média nacional e acompanha a tendência de crescimento deste fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, K. I. e TEIXEIRA, M. P. O Vermelho e o Negro. *Textos para Discussão*, Rio de Janeiro: IPEA, n. 1052, 2004.

BOURDIEU, P. Os Três Estados do Capital Cultural. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (Orgs.), *Escritos de Educação*. 6ª. Edição, Petrópolis: Vozes, 2004.

BROOK, E. e DAVIS, A. *Women, the family and social work*. London: Tavistock Publications, 1985.

BUTLER, J. P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEGRAFF, D. e ANKER, R. Gênero, mercados de trabalho e o trabalho das mulheres. In: PINELLI, A. (Org.), *Gênero nos estudos de população*. Campinas: ABEP, 2004, pp. 163-197.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O Sujeito Feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, A. E. (Org.), *O Mito da Assistência Social*. 3ª. Edição, São Paulo: Cortez, 2009.

GARDEY, D. Perspectivas Históricas. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (Orgs.), *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.

HECKERT, S. M. R. Identidade e Mulher no Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n.36, p. 55-73, 1991.

HEILBORN, M. L. Fazendo Gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil. In: COSTA, A. O, e BRUSCHINI, C. (Orgs.), *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, pp. 93-126.

_____. (Org.). Construção de si, gênero e sexualidade. In: *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, pp. 40-58.

_____. e SORJ, B. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, S. (Org.), *O Que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999.

HITA, M. G. Igualdade, Identidade e Diferença(s): Feminismo na Reinvenção de Sujeitos. In: ALMEIDA, H. B et. al. (Orgs.), *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista: Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais, 2002, pp. 319- 351.

IPEA. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: análise preliminar dos dados*. 3ª. Edição, Brasília: IPEA, 2008.

LEGAULT, G. Intervenção Feminista e Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 37, pp. 107-128, 1991.

LOURO, G. L. Educação e Relações de Gênero. *Em Pauta*, Rio de Janeiro: UERJ, n. 5, junho de 1995.

_____. Nas Redes do Conceito de Gênero. In: LOPES, M. J., Meyer, D. E. e WALDOW, V. R. (Orgs.), *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. [Série Enfermagem].

MARUANI, M. e HIRATA, H. (Orgs.), *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.

OLIVEIRA, Z. L. C. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? In: ARAÚJO, C; SCALON, C. (Orgs.), *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, pp. 123-147.

ORNE, J. Feminist Social Work. In: ADAMS, R., DOMINELLI, Lena e PAYNE, Malcolm (Eds.), *Social Work: themes, issues and critical debates*. New York: Palgrave, 1998, pp. 218-226.

PISCITELLI, A. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: Aguiar, N. (Org.), *Gênero e Ciências Humanas: desafios às ciências desde as perspectivas das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, pp. 49-66.

_____. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: Costa, C. de L, Schmidt, S. P. (Orgs), *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, pp. 43-66.

SAFFIOTI, H. Gênero e Patriarcado: violência contra as mulheres. In: VENTURI, G., Recamán, M. e OLIVEIRA, S. *A Mulher Brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Y. M. F. Mulher e Assistência: afinidades eletivas. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, n. 10, p. 150-173, primeiro semestre de 2004.

SILVA, D. P. M. Condição Feminina: uma face oculta da identidade profissional do assistente social. *Em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 2, p. 21-28, novembro de 1993.

_____. A Formação Profissional e o gênero no serviço social. *Em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 5, 1995.

SIMÕES, P. Assistentes Sociais na Virada do Milênio (1996-2006). *Debates Sociais*, Rio de Janeiro: CBCISS, n. 67-68, p. 37-66, 2007.

_____. Assistentes Sociais e Mercado de Trabalho nos anos 1970. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, n. 18, p. 178-197, primeiro semestre de 2008.

_____. *Gênero, Origem Social e Religião: os estudantes de serviço social do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: E-Papers/FAPERJ, 2009.

SORJ, B. Percepções sobre as esferas separadas de gênero. In: Araújo, C; Scalon, C. (Orgs.), *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, pp.79-88.

STRATHERN, M. *O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. São Paulo: UNICAMP, 2006.

TORRES, I. C. *As Primeiras-Damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002.

VENTURI, G., RECAMÁN, M. e OLIVEIRA, S. *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

VELOSO, R. No Caminho de uma reflexão sobre serviço social e gênero. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, n. 4, p. 70-93, 2001.

WILLIAMS, C. L. *Still a man's world: men who do 'women's work'*. London, University of California Press, 1995.